

Poupança poderá até

virar capital de risco

MARCELO NETTO
Colaborador

Uma proposta apresentada pelo ex-presidente da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Roberto Teixeira da Costa, está sendo examinada com carinho por alguns setores do Governo. Esta proposta pode aliviar dois problemas graves — a questão da dívida externa e a questão da capitalização das empresas nacionais. Teixeira da Costa discutiu essa proposta ontem, no Seminário da Comissão de Economia do Senado e do Codimec.

A questão é polêmica e vai dar mote para muita discussão. A oposição deve pulsar muito com a proposta, que é a seguinte: transformar o capital de empréstimo em capital de risco no Brasil. Ou seja, não só a poupança interna existente hoje no País deve fluir para o capital de risco, mas também a poupança externa.

Vamos traduzir melhor: hoje os bancos brasileiros estão com milhões de dólares estocados, trancados mesmo, no País. A proposta é fazer com que este capital seja transformado em ações. A dívida de cada

empresa seria transformada em ações. Mas, a coisa não é tão simples assim, porque uma ação deste porte precisa de instrumentos institucionais.

A proposta do Roberto Teixeira da Costa prevê isso. Vamos ver: os bancos que estão com este monte de dólares em caixa aplicariam em cotas de um enorme fundo internacional de investimentos — já conhecido em algumas áreas como fundão — e este fundo internacional compraria ações de empresas brasileiras.

Ou seja, o banqueiro credor passaria a ser sócio do desenvolvimento brasileiro. Este Fundo Brasil, a exemplo de outros existentes como o Fundo Japão ou Fundo Canadá, captaria poupança externa para o mercado de capital, para o mercado de risco brasileiro. Inicialmente, absorvendo a poupança externa, já existente no Brasil sobre a forma de capital de empréstimo. Depois, se for atrativo, absorvendo mais poupança externa que já viria diretamente como capital de risco.

A vantagem para a empresa nacional é que ela transformaria a sua atual

dívida em capital de risco. A vantagem para o País como um todo é a internação de parte da dívida externa e o fim do pagamento de juros flutuantes decorrentes desta dívida. A vantagem para os bancos credores poderia ser evidentemente o ganho com a remessa de lucros e dividendos.

O grande problema a ser levantado vai ser o seguinte: com isso pode ocorrer a desnacionalização da economia brasileira. Este é o ponto polêmico da proposta, que só tinha até agora pontos a favor. Roberto Teixeira da Costa coloca impedimentos para dificultar o controle do capital estrangeiro sobre as empresas nacionais.

O texto afirma que o capital estrangeiro não pode assumir o controle acionário. Além disso, um outro argumento usado para combater a tese de desnacionalização da economia brasileira é o de que o dinheiro já está aqui mesmo, e os efeitos práticos do capital de empréstimo exterior sobre a vida nacional é o mesmo do capital de risco, se é que ele vem.

De qualquer maneira, o assunto está apenas em começo de discussão e nenhu-

ma decisão deste porte, como o próprio Roberto Teixeira da Costa reconhece, vai ser tomada neste fim de Governo. Mas, o assunto deve ser levantado, porque a qualquer momento vem à tona. Até mesmo, neste Governo.

O mercado de capital brasileiro deve inevitavelmente sofrer uma procura maior por parte das empresas, apesar da alta inflação. Acabou, com a crise econômica, o dinheiro fácil, subsidiado do governo. O modelo de endividamento via crédito subsidiado esgotou-se. A iniciativa privada não pode mais, também, contar muito com a contratação de serviço por parte das estatais.

Em síntese, a crise pode levar a economia brasileira para o capitalismo de mercado, ou melhor, para a purificação. Será que o mercado de capitais está maduro para isso? Será que a poupança interna será suficiente para isso? Será que a poupança externa terá que inevitavelmente vir para o Brasil através de capital de risco? Enfim, ficam as dúvidas e a informação de que no âmbito do Governo já existe até uma proposta concreta.